



TEMPOS DE PANDEMIA: OS NOVOS DESAFIOS DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

TIMES OF PANDEMIC: NEW CHALLENGES FOR THE LITERATOR TEACHER

Dulcilene Nunes Romão 

Especialista em Metodologia do Ensino de Ciências pela Faculdade Internacional de Curitiba - FACINTER. Docente da Rede Pública de Ensino, Ariquemes/RO.
E-mail: dulce_romao@hotmail.com.

Submetido: 14 nov. 2021.
Aprovado: 6 dez. 2021.
Publicado: 15 dez. 2021.

E-mail para correspondência:
dulce_romao@hotmail.com

Este é um trabalho de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.

Imagem: StockPhotos (Todos os direitos reservados).



Open Access

Resumo: O presente artigo propõe uma abordagem sobre a pandemia e os novos desafios do professor alfabetizador, levando em conta aspectos considerados fundamentais para a alfabetização em tempos de pandemia que redefiniu um novo rumo no trabalho do professor, exigindo novas estratégias de ensino em torno da tecnologia como meio de comunicação e a gestão das políticas públicas envolvidas nesse contexto. Este estudo é fundamentado em autores como Carvalho, Soares, Freire, Rugerri e outros. Tendo como objetivo promover uma reflexão sobre os processos de ensino e aprendizagem na etapa de alfabetização durante a pandemia e a importância do preparo dos professores alfabetizadores.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Ensino Remoto. Qualidade de Ensino.

Abstract: This article proposes an approach to the pandemic and the new challenges of the literacy teacher, taking into account aspects considered essential for literacy in times of a pandemic that redefined a new direction in the teacher's work, requiring new teaching strategies based on technology such as means of communication and the management of public policies involved in this context. This study is based on authors such as Carvalho, Soares, Freire, Rugerri and others. Aiming to promote a reflection on the teaching and learning processes in the literacy stage during the pandemic and the importance of preparing literacy teachers.

Keywords: Literacy. Remote Teaching. Teaching quality.



Introdução

A partir de março de 2020, o Brasil e o mundo inteiro sofreram um grande impacto com o impacto da pandemia da COVID-19, doença causada por um vírus que afeta o sistema das pessoas com variando de infecções assintomáticas a quadros graves ⁽¹⁾. A doença se espalhou com rapidez afetando um grande contingente de pessoas que morreram no mundo todo. Em virtude da necessidade de medidas preventivas para conter a doença, foram necessários o distanciamento social e o fechamento do comércio e das escolas ⁽¹⁾.

Os impactos da pandemia causada pela corona vírus afetaram de modo significativo a economia, o modo de vida das pessoas e principalmente a educação. Assim, a escola sofreu alterações em seu funcionamento, tendo que adaptar-se a formatos que pudessem contemplar os estudantes da melhor forma possível. As aulas migraram do modelo presencial para o modelo remoto ou a modalidade híbrida ⁽²⁾.

Nesse contexto de grandes mudanças, professores e estudantes enfrentam a falta de condições ao acesso as tecnologias e outras questões que impactaram a vida da comunidade escolar. E se alfabetizar todos os alunos já era um grande desafio para o professor, agora com o ensino remoto, essa situação piorou, aumentando a distância entre ensino e aprendizagem ⁽²⁾.

A Constituição Brasileira de 1988 ⁽³⁾ aponta que a Educação é meio de desenvolvimento humano que socialmente se estabelece como direito de todos, tendo em vista o objetivo de melhor preparar as pessoas para as demandas da vida e do mundo do trabalho ⁽³⁾.

Nesse sentido, o estudo possibilita uma análise reflexiva e crítica sobre as condições estruturais e materiais em que a maioria dos professores são submetidos como alfabetizadores a partir de uma dinâmica promotora de mudanças na estrutura da sociedade na busca da garantia de que todos os brasileiros tenham direito de fato à educação com sucesso e permanência ⁽²⁾.



A alfabetização em tempos de pandemia e a qualidade de ensino

De acordo com a Ministério da Saúde ⁽⁴⁾, que publicou a Portaria nº 356 de 11 de março de 2020 que regulamenta o disposto na Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da Infecção Humana pelo corona vírus. Assim, o surto da doença, a COVID-19, levou a Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional ⁽⁴⁾.

Para Souza, Almeida e Luquetti ⁽⁵⁾, o isolamento social tornou um meio essencial para o combate à doença, como cuidados de higiene, medidas preventivas. Nesse contexto, as aulas no território e nesse contexto de mudanças surgiram muitos desafios no cenário educacional, novas estratégias na prática pedagógica vêm se reinventando ao longo do período.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) ⁽⁶⁾, a partir de março de 2020, mais de 1.5 bilhões de crianças, adolescentes e universitários de diversos países do mundo ficaram afastados da sala de aula. E durante um grande período, um grande contingente de países não tinham planos de abertura das escolas devido ao grande avanço da pandemia da COVID-19 ⁽⁶⁾.

Assim, pode-se afirmar que:

[...] as aulas [...] foram suspensas, de início acreditou-se que o retorno seria breve, porém para surpresa dos cidadãos, a medida de prevenção da doença COVID-19 (isolamento social, aulas suspensas...) estende-se até os dias de hoje (SOUZA, ALMEIDA E LUQUETTI, 2020, p. 1329) ⁽⁵⁾.

Nesse sentido, de acordo o Parecer emitido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), no dia 28 de abril de 2020, após um período de consulta pública e sem previsão da vacina, orientou as atividades não presenciais como medida de prevenção contra o avanço da doença em todos os níveis de ensino da Educação Infantil até o Ensino Superior, durante a pandemia da COVID-19 ⁽¹⁾.



Sobre a pandemia e suspensão das atividades educacionais, destaca-se que:

Diante desse contexto, governos municipais e estaduais estabeleceram medidas de emergência de saúde pública de importância internacional e decretaram o isolamento social. Com isto, todos os setores de indústria, economia e educação suspenderam as suas atividades. O Ministério da Educação, por sua vez, através da Portaria nº 544/2020, autorizou a substituição das aulas presenciais por meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia (GALINDO et al., 2020, p.269) ⁽²⁾.

Observa-se que no momento que a pandemia se instaurou no mundo, as pessoas, estudantes e professores se viram diante de novas demandas, exigindo dinâmicas diferenciadas para viver e sobreviver frente ao Corona vírus que contaminou e matou pessoas no mundo todo ⁽⁷⁾.

Sobre a pandemia que causou milhares de mortes e trouxe consequências, devastadoras para a humanidade, pode-se afirmar que:

A pandemia afeta a saúde pública de forma agressiva, tirando a vida não apenas dos idosos, considerados inicialmente como o principal grupo de risco, mas crianças, jovens e adultos, também têm sido afetados pela doença. As medidas de isolamento e distanciamento social adotadas por todos os países, por meio do confinamento com regras nem sempre rígidas, para manter a população em casa, tencionam a economia dos países, refletindo na paralisação de distintos serviços e atividades, dentre eles o processo de ensino-aprendizagem (ALVES, 2020, p. 350) ⁽⁷⁾.

Dessa forma, ao tratar do período de quarentena como medida, regra para conter a pandemia e ao analisar suas consequências para a sociedade, pode-se afirmar que a quarentena “[...]reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido [...] tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele” (SANTOS, 2020, p. 21) ⁽⁸⁾.

Entretanto, pode-se ressaltar que “[...] o corpo docente não se sente preparado para assumir as atividades escolares com a mediação das plataformas digitais, seja por conta do nível de letramento digital, ou, por limitações tecnológicas para acesso as ferramentas digitais [...]” (ALVES, 2020, p.355) ⁽⁸⁾.



No que se refere ao preparo dos professores alfabetizadores, estudos revelam que:

Os dados relativos à formação continuada são reveladores: 48% participaram da formação desenvolvida no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) realizada entre 2013 e 2018 e 22% participaram da formação propiciada pelo Programa Pró-letramento, entre 2006 e 2012. Em torno de 16% participaram do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), provavelmente aquelas com maior tempo na docência, tendo em vista que este programa foi oferecido pelo Ministério da Educação em 2001, há quase duas décadas (ABALF, 2020, p.190) ⁽⁹⁾.

Entretanto, no Brasil, a educação pública, segundo Alves ⁽⁷⁾, vem sendo desprestigiada nos últimos anos, favorecendo uma educação privada que também apresenta limitações quanto a infraestrutura e formação docente. É importante destacar que em países, como Nova Zelândia, Canadá, Portugal, entre outros, a escola pública ocupa um lugar diferenciado em relação ao Brasil, ou seja, nestes países, as pessoas preferem o ensino público e gratuito ⁽⁷⁾.

Nesse sentido, de acordo com Soares ⁽¹⁰⁾, no Brasil, o fracasso escolar é revelado através das avaliações externas nacionais como o SAEB, o ENEM, e internacionais como o PISA. Os resultados dessas avaliações apresentam altos índices de baixa proficiência de leitura, escrita e cálculo matemático. Os resultados denunciam a baixa qualidade de ensino no Brasil e um grande contingente de estudantes não alfabetizados apesar de terem passado uma média de 8 a 9 anos na escola ⁽¹⁰⁾. Dessa forma, é possível entender que “[...] o fracasso escolar tende a se concentrar nas crianças oriundas de meios menos favorecidos economicamente [...] e a escola apresenta sérias dificuldades para lidar com a diversidade cultural, linguística [...] da população brasileira” (CARVALHO, 2006, p.77) ⁽¹¹⁾.

Ao abordar a qualidade ensino, principalmente no período da pandemia, segundo Alves ⁽⁷⁾, as práticas docentes que vêm sendo realizadas reproduzem o que tem de pior nas aulas presenciais, utilizando um modelo de interação no qual os professores transmitem informações e orientações para um grupo de alunos que nem sempre consegue acompanhar o que está acontecendo nesses encontros virtuais e



ter acesso para interagir com os professores. Esse é um clássico exemplo de uma perspectiva instrumental da tecnologia.

As várias concepções de alfabetização e letramento

Ao tratar dos conceitos de alfabetização, historicamente, segundo Rugerri ⁽¹²⁾ a alfabetização no Brasil sempre segregou alunos oriundos de um meio social desfavorecido. Inicialmente, na década de 1970, com a democratização do ensino, o fracasso escolar estava associado às capacidades de cada aluno. Em relação aos métodos de ensino usavam-se cartilhas marcadas para a aprendizagem do código, desvinculado das práticas sociais letradas. Muitos alunos eram considerados deficientes por não conseguirem assimilar o código por meios dos exercícios mecânicos e repetitivos. Na década de 1980, o currículo da alfabetização foi marcado pela disputa entre os métodos de alfabetização ⁽¹²⁾.

Na década de 1980, a história da alfabetização brasileira, segundo Soares ⁽¹⁰⁾, nas últimas décadas com as mudanças ocorridas no cenário político e econômico, a partir dos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky sobre a psicogênese da língua escrita, estes fundamentados em Piaget, contribuíram para que discussão e questionamentos de ensino fossem deslocados para o sujeito que aprende, ou seja, o processo de aprendizagem da criança ⁽¹⁰⁾.

No entanto, segundo Rugerri ⁽¹²⁾, na década de 1990, o surgimento do conceito de letramento vem solidificar o discurso da importância de se ensinar os usos e funções da língua na alfabetização

O processo de alfabetização, segundo Soares ⁽¹³⁾, é complexo que envolve condicionantes sociais e implicações pedagógicas. Assim, o processo de alfabetização tem sido estudado por diferentes perspectivas: psicológica, psicolinguística, sociolinguística e linguística, entre outros.



Esses aspectos não se excluem, mas se completam, e estão presentes nas práticas pedagógicas e nas relações estabelecidas entre professores e alunos ⁽¹³⁾. Dessa forma, ao abordar as práticas sociais de leitura e escrita, é possível afirmar que:

O aprendizado da escrita começa muito antes do ingresso da criança na escola. As crianças de zonas urbanas são desde cedo expostas a situações reais de leitura e escrita em que as informações podem vir de três formas: nas embalagens de brinquedos e alimentos etc.; quando se lê para elas uma história; quando participa de atos sociais de leitura e escrita, como por exemplo, a consulta do jornal por parte dos adultos para saber a programação de algum evento cultural. (FERREIRO, 2001, p. 100) ⁽¹⁴⁾.

Para Soares ⁽¹⁰⁾, a alfabetização é um processo de leitura e interpretação em que não somente há o exercício de decifração do código da língua escrita, mas também o de compreensão e interpretação, fazendo relações para a construção de significados e que ainda que se inicie formalmente na escola, começa de fato, antes de a criança chegar à escola, através das diversas leituras que vai fazendo do mundo que a cerca ⁽¹⁰⁾.

Sobre o conceito de alfabetização, pode-se afirmar que:

Alfabetização é o processo de aquisição da “tecnologia da escrita”, isto é do conjunto de técnicas - procedimentos habilidades - necessárias para a prática de leitura e da escrita: as habilidades de codificação de fonemas em grafemas e de decodificação de grafemas em fonemas, isto é, o domínio do sistema de escrita (alfabético ortográfico) (MORAIS; ALBUQUERQUE, 2007, p. 15) ⁽¹⁵⁾.

Assim, pode-se definir que “Alfabetizar e letrar são duas ações distintas, mas inseparáveis [...] o ideal seria ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita, de modo que o indivíduo se tornasse ao mesmo tempo alfabetizado e letrado” (MORAIS; ALBUQUERQUE, 2007, p. 47) ⁽¹⁵⁾.



No que se refere ao conceito de letrado, pode-se afirmar que “[...] o letrado é o indivíduo que participa de forma significativa de eventos de letramento e não apenas aquele que faz um uso formal da escrita” (MARCUSCHI, 2001, p. 25) ⁽¹⁶⁾. Entende-se que o sujeito letrado vai além, sendo capaz de dominar a língua no seu cotidiano, nos mais diferentes contextos no meio em que vive ⁽¹⁶⁾.

Nesse sentido, segundo Carvalho ⁽¹¹⁾, alfabetizar é muito mais do que codificar e decodificar o código alfabético, por isso letramento se soma com a alfabetização e, o educador precisa saber o momento certo para articular leitura e produção de texto, fazer as intervenções adequadas para que a criança possa avançar no seu processo de aprendizagem, pois é uma fase de libertação, assim, a aquisição da escrita e não pode ser entendida como um recurso memorativo ⁽¹¹⁾.

Ao abordar a importância de a alfabetização considerar o sujeito que aprende, a partir de variados contextos do uso da língua, pode-se acrescentar que:

[...] seria impossível engajar-me num trabalho de memorização mecânica dos ba-bebi-bo-bu, dos la-le-li-lo-lu. Daí que também não pudesse reduzir a alfabetização ao ensino puro da palavra, das sílabas ou das letras. Ensino em cujo processo o alfabetizador fosse “enchendo” com suas palavras as cabeças supostamente “vazias” dos alfabetizados. Pelo contrário, enquanto ato de conhecimento e ato criador, o processo da alfabetização tem, no alfabetizando, o seu sujeito [...]. O fato de ele necessitar da ajuda do educador, como ocorre em qualquer relação pedagógica, não significa dever a ajuda do educador anular a sua criatividade e a sua responsabilidade na construção de sua linguagem escrita e na leitura desta linguagem (FREIRE, 1979, p. 13) ⁽¹⁷⁾.

Nesse sentido, torna-se necessário uma reflexão sobre o processo de alfabetização, considerando o sujeito que aprende, ou seja, como a criança aprende a ler e a escrever a partir de um contexto em que as práticas sociais de leitura e escritas são valorizadas para o avanço da criança no processo de alfabetização, alcançando maiores níveis de letramento ⁽¹⁷⁾.



O processo de alfabetização e os novos desafios do professor diante da pandemia

Alfabetizar as crianças brasileiras na idade certa já era um desafio no Brasil, os últimos dados apontam que menos da metade dos estudantes do 3º ano do Ensino Fundamental alcançaram os níveis de proficiência suficientes em Leitura. Com a pandemia esse quadro piorou de forma significativa.

Diante de um contexto drástico de grandes mudanças, segundo Santos ⁽⁸⁾, professores enfrentaram dificuldades para conduzir o processo de educação num formato que não se sabia por quanto tempo ficaria em vigor. Assim, os professores foram levados imediatamente a providenciar material didático como atividades matemáticas e de alfabetização, cadernos, apostiladas impressas para os estudantes que não tinham acesso ao meio digital. A escola tentou se nortear intercalando com projetos educativos, material digitalizado, aulas ao vivo, vídeos e outros ⁽⁸⁾.

Sobre o desafio do professor da primeira etapa da educação básica, segundo a Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF) ⁽⁹⁾, estudos apontam que:

Em torno de 85% dos professores da educação básica - da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental - são mulheres que, além de exercerem as atividades de docência (que neste momento vêm exigindo ampla reestruturação em sua dinâmica), precisam conciliar, mais ainda, o espaço privado da casa, bem como as demandas próprias da vida doméstica-familiar, com as demandas do trabalho. Essa situação causa uma sobrecarga imensa nos múltiplos papéis que essas professoras assumem de forma concomitante e em momento peculiar da vida social marcado por limites, temores e perdas em meio ao isolamento social (ABALF, 2020, p.186) ⁽⁹⁾.

No que se refere as exigências na prática docente na modalidade não presencial, destaca-se “[...] a reconfiguração de ações pedagógicas, a produção de distintos saberes e a apropriação de novas habilidades que se mostram necessárias ao fazer docente [...]” (ABALF, 2020, p.187) ⁽⁹⁾.



Ao tratar da educação como um grande desafio durante o período da pandemia, segundo Alves ⁽⁷⁾, a mediação das tecnologias, especialmente as digitais, no processo de ensino aprendizagem da educação, destacando a educação básica, sempre se constituiu em um grande desafio a ser vencido. As dificuldades como: o acesso e interação a esses artefatos culturais e tecnológicos por parte dos estudantes e dos professores; infraestrutura das escolas que não fornece o mínimo necessário para realizar atividades que necessitam das plataformas digitais, inclusive sem conexão com a internet; formação precária dos professores para pensarem e planejarem as práticas pedagógicas utilizando as ferramentas da mediação ⁽⁷⁾.

Dessa forma, pesquisas apontam que a falta de acesso à internet, o ensino remoto tem sido o meio mais utilizado no processo ensino aprendizagem durante o período de aulas não presenciais, estudos apontam que:

[...] o ensino remoto está restrito ao envio de atividades impressas para as crianças realizarem em casa, sob a orientação de pais e/ou responsáveis, em torno de 55,89%[...]. O uso de materiais impressos pode se relacionar à própria tradição escolar, cujas práticas se alicerçam nesses suportes didáticos, mas também podem ser vinculados às desigualdades sociais que incidem sobre nossos estudantes, em grande parte excluídos das ferramentas tecnológicas e dos instrumentos socioculturais e cognitivos essenciais à participação nos processos remotos sincrônicos. Apenas 15,86% indicam utilizar-se de plataformas disponibilizadas pelas próprias redes de ensino (ABALF, 2020, p. 192) ⁽⁹⁾.

Ao observar a realidade da maioria da população brasileira, de acordo com Souza, Almeida e Luquetti ⁽⁵⁾, é um desafio desesperador, pois existem muitas desigualdades sociais, infelizmente, as classes menos favorecidas acabam por receber o conteúdo engessado valendo a prática da decoreba, somando ao despreparo, à falta de condições materiais e estrutural das famílias para subsidiar ou ensinar os filhos em casa ⁽⁵⁾.



Nesse processo de ensino remoto, de acordo com dados da Associação Brasileira de Alfabetização ⁽⁹⁾, os professores enfrentam um grande desafio que é fazer com que os estudantes realizem as atividades propostas, bem como obter mais retorno em relação às propostas de ensino. Outra questão se refere ao fato de que as crianças apresentam graves deficiências de aprendizagem, dificuldades que demandam o acompanhamento dos pais e/ou responsáveis ⁽⁹⁾.

Sobre o ensino remoto e a garantia de acesso ao conhecimento, destaca-se que:

[...] essa alternativa não se configura democrática e acessível - como deveria ser - a pelo menos à maioria dos alunos, considerando-se o papel da escola de promoção de aprendizagens. Assim, mesmo levando-se em conta que mesmo no ensino presencial os processos e avanços não se fazem de modo homogêneo na totalidade das turmas [...] esse dado revela que o ensino remoto, dadas as condições desiguais de sua realização - para professores e crianças - não se configura como uma alternativa de garantia do papel da escola de promoção da socialização do conhecimento (ABALF, 2020, p. 192) ⁽⁹⁾.

De acordo com Souza, Almeida e Luquetti ⁽⁵⁾, o ensino remoto requer ousadia para repensar o ensino, sendo necessário repensar, refazer a prática a favor de uma cultura digital e buscando estratégias que tornem o aprendizado mais efetivo. Se antes, os professores tinham papel, caneta, lápis, quadros, pilotos, que seu espaço de atuação era uma sala com diversas carteiras. De repente, as ferramentas são outras, o espaço não permite mais o abraçar e ter contanto físico. O mundo digital invadiu outros espaços, as casas tornaram-se salas de aulas e surge assim o professor digital ⁽⁵⁾.

Nesse contexto, sobre o conceito do que é um professor digital, pode-se destacar que “[...] um professor digital se dá a partir de compreensões que ligam tecnologia digital à atuação docente, portanto, ser um educador digital requer dominar os recursos tecnológicos de modo a utilizá-los a favor da aprendizagem de seus alunos” (SOUZA; ALMEIDA; LUQUETTI, 2020, p.1330) ⁽⁵⁾.



Nesse sentido, entende que o professor criativo, é aquele aberto a novas experiências e aprendizados na luta contra uma prática tradicional de repetição e memorização que não oportuniza a construção do conhecimento de forma significativa ⁽⁵⁾. Ao tratar da importância da intervenção do professor principalmente no período de alfabetização, torna-se necessário destacar que “[...] a alfabetização é um processo complexo e requer a continuidade do aprendizado para que sejam respeitados os diferentes tempos de desenvolvimento das crianças” (GALINDO et al, 2020, p.269) ⁽²⁾.

Nesse contexto de significativas mudanças no campo educacional, segundo a Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF) ⁽⁹⁾, é de grande importância o trabalho docente presencial, as interações entre professor e a criança e das crianças entre si, às redes de relações e aprendizagens que se estabelecem na sala de aula e que foram obstruídas pelo distanciamento social devido a pandemia que assola o mundo ⁽⁹⁾.

Considerações Finais

Ao analisar o processo de alfabetização e os desafios que envolvem os profissionais de educação em período de pandemia, e mais especificamente o ensino remoto tendo em vista que uma parcela significativa de estudantes no Brasil não tem acesso a internet o que dificultou o uso de plataformas e outros meios, sendo o ensino remoto a estratégia mais adequada para a maioria ⁽²⁾.

Entretanto, estudos revelaram que o ensino remoto não é um meio democrático e de acesso ao conhecimento, considerando que os alunos enfrentam dificuldades de aprendizagem e necessitam do acompanhamento e intervenção dos pais ou responsáveis principalmente durante a etapa da alfabetização. Assim, grande parte das propostas de atividades não retornam, ou seja, uma grande parcela dos estudantes não realiza as atividades ⁽⁵⁾.



Nesse sentido, é importante destacar que alfabetizar é um processo complexo, alfabetização é um processo que vai além juntar letras, sílabas e formar palavras. É oportunizar a criança o acesso à diferentes práticas de leitura e escrita de forma contextualizada e reflexiva. Esse já era um processo desafiador para o professor mesmo antes da pandemia e no momento, requer do professor no momento habilidades e conhecimentos para trabalhar com os meios digitais ⁽⁷⁾.

As tecnologias digitais atualmente representam um avanço significativo em relação ao tempo, espaço e diferentes formas. Entretanto, os professores enfrentam dificuldades preparar atividades interessantes, vídeos atraentes e outros que podem inspirar os estudantes ⁽⁸⁾.

Dessa forma, nota-se a necessidade de um olhar atento para o processo de alfabetização a partir de políticas públicas que promovam o aperfeiçoamento dos professores atendendo suas reais necessidades de atuação; bem como garantir a melhoria de materiais e infraestrutura das escolas. Sem postura crítica, a educação não avança e fracassa de forma significativa afetando milhões de estudantes ⁽⁷⁾.

Referências

- 1 Brasil. Ministério da Saúde. Sobre a doença: o que é COVID-19. Brasília: MS; 2020. [citado em 12 mar. 2021]. Disponível em: <https://bit.ly/2SrBREc>.
- 2 Galindo AFL, Parente RTX, Diógenes LAS. Os efeitos da pandemia no processo da alfabetização das crianças: elementos de contextualização a partir da perspectiva docente. Revista eletrônica Arma da Crítica. 2020;(14).
- 3 Brasil. [Constituição de 1988]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico; 1988.
- 4 Brasil. Ministério da Saúde. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979 que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da corona vírus (COVID-19). Brasília: MS; 2020.



5 Souza KCCL, Almeida LS, Luquetti ECF. De repente, professor digital: percepções de professores alfabetizadores sobre o ensino remoto. *Revista Philologus*. 2020;26(78).

6 Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). A UNESCO reúne organizações internacionais, sociedade civil e parceiros do setor privado em uma ampla coalizão para garantir a Aprendizagem Nunca Para. 26 mar. 2020 [citado em 5 maio 2021]. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-reune-organizacoes-internacionais-sociedade-civil-e-parceiros-do-setor-privado-em-uma>.

7 Alves L. Educação remota: entre a ilusão e a realidade. *Educação*. 2020;8(3):348-365.

8 Santos BS. A cruel pedagogia do vírus. Almedina: Abril; 2020.

9 Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF). Alfabetização em rede: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia covid-19 - relatório técnico parcial. *Revista Brasileira de Alfabetização*. 2020;(13):185-201.

10 Soares MB. Letramento e escolarização. In: Ribeiro VM (Org.) *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global; 2003. p. 89-113.

11 Carvalho MAF de (Org.). *Práticas de Leitura e Escrita*. 1. ed. Brasília: Ministério da Educação; 2006.

12 Ruggeri MCC. Políticas Públicas de Formação dos Alfabetizadores. In: *Anais do III EHECO*, Universidade Federal de Goiás, Catalão, Goiás, 2015.

13 Soares M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. *Revista Brasileira de Educação*. 2004;(25):5-17.

14 Ferreira E. *Reflexões sobre a alfabetização*. 24. ed. São Paulo: Cortez; 2001.

15 Moraes AG de, Albuquerque EBC de. Alfabetização e letramento. *Construir Notícias*, Recife, PE. 2007;7(37):5-29.